

PANDEMIA,
COMUNICAÇÃO
DIGITAL E
TERRITORIALIDADES:
AÇÕES DE
ENFRENTAMENTO¹



V SICCAL

[GT2 - TERRITÓRIOS, TERRITORIALIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS]

Breno da Silva Carvalho

Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN

Ana Gretel Echazú Böschemeier

Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN

Raquel Assunção Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

O artigo reflete sobre o papel e a contribuição da comunicação para repensar a dinâmica da saúde e do bem viver de comunidades e movimentos sociais em situação de vulnerabilidade, participantes da pesquisa “Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19 em Comunidades e Territórios do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará” (CNPq, início: agosto/2020). Estruturada na articulação da antropologia descolonizadora com a saúde coletiva, a pesquisa adota a metodologia aberta e a netnografia no diálogo com lideranças. Revelam-se tensões, discussões éticas, estratégias de fortalecimento coletivo e atenção à permanente busca pelo acesso e promoção aos direitos humanos.

Palavras-chave: Territorialidades. Interseccionalidade. Descolonização dos saberes. Comunicação digital. Covid-19.

The article discuss about the role and contribution of communication to rethink the dynamics of health and well-living in communities and social movements in vulnerable situations, participants in the research “Good Practices Facing COVID-19 in Communities and Territories in Rio Grande do Norte, Paraíba, and Ceará” (National Research Council/Brazil, started in August/2020). Structured on the articulation of decolonizing anthropology with collective health, the research adopts an open methodology and netnography in the dialogue with social leaders. Tensions, ethical discussions, strategies for collective strengthening and attention to the permanent search for the access and promotion of Human Rights are revealed.

Keywords: Territorialities. Intersectionality. Decolonization of knowledge. Digital communication. Covid-19.

El artículo reflexiona sobre el papel y la contribución de la comunicación para repensar la dinámica de la salud y el bienestar de las comunidades y los movimientos sociales en situación de vulnerabilidad, participantes de la investigación “Buenas prácticas para enfrentar el COVID-19 en comunidades y territorios de Rio Grande do Norte, Paraíba y Ceará” (Consejo Nacional de Investigaciones/Brasil, inicio: agosto/2020). Estructurada en la articulación de la antropología descolonizadora con la salud colectiva, la investigación adopta una metodología abierta y netnográfica en diálogo con líderes sociales. La presente comunicación revela tensiones, discusiones éticas, estrategias de fortalecimiento colectivo y atención a la búsqueda permanente de la promoción y acceso de los derechos humanos.

Palabras clave: Territorialidades. Interseccionalidad. Descolonización de los saberes. Comunicación digital. Covid-19.

1. Versão atualizada e revista de artigo apresentado no Grupo de Trabalho “Territórios, Territorialidades e Movimentos Sociais” do V Simpósio Internacional sobre Cultura e Comunicação da América Latina – SICCAL, realizado de 10 a 12 novembro de 2021, São Paulo, Brasil. Esse artigo é fruto de reflexões realizadas a partir da pesquisa da Chamada MCTIC/CNPq/FNDCT/MS/SCTIE/Decit N°07/2020 – Pesquisas para enfrentamento da COVID-19, suas consequências e outras síndromes respiratórias agudas graves – Projeto Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19 com comunidades do Rio Grande do Norte, Paraíba e o Ceará, Processo: 403104/2020-3.

1. Introdução: apresentando a pesquisa “Boas Práticas”

A pesquisa “Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19 em Comunidades e Territórios do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará” é tecida por coletivos plurais e com perspectivas de mundo e práticas socioculturais diferenciadas. Desde o início de sua execução, em agosto de 2020, a partir do financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o projeto direciona seus esforços, primeiramente, ao fortalecimento das ações em saúde, cultura e direitos humanos das próprias comunidades e movimentos que participam do processo – sejam estas presentes em contexto rural ou urbano do nordeste brasileiro.

A seguir, listam-se as sete comunidades e movimentos participantes da pesquisa e os quatro grupos de trabalho formados a partir da sua integração: (1) o **Grupo de Trabalho Indígena** compõe-se a partir da comunidade indígena do Amarelão/RN em diálogo com comunidades indígenas da serra e do sertão do Ceará, vinculadas ao movimento indígena Potigatapuia; (2) o **Grupo de Trabalho Urbano** deriva do encontro do Movimento da População em Situação de Rua/RN com Catadoras da Associação ACREVI – Reciclando para a Vida (Mossoró/RN); (3) o **Grupo de Trabalho Mar** forma-se com pescadores da Vila de Ponta Negra (Natal/RN) e maricultoras de Pitanguí/RN, ligadas à Associação de Maricultura e Beneficiamento de Algas (AMBAP); (4) o **Grupo de Trabalho Cigano** contempla,

unicamente, a Comunidade Cigana Calon (Sousa/PB).

Estas populações vulnerabilizadas partilham do desafio da vivência da COVID-19 no cenário atual do país. Nesse sentido, pretende-se abordar, nas próximas páginas, as boas práticas tecidas por (e com) estes grupos sociais para enfrentamento do contexto pandêmico, assim como o papel e a contribuição da comunicação no exercício de repensar a dinâmica da saúde e do bem viver por estes cidadãos.

Trata-se de uma temática com potencial de despertar interesses em âmbito local, nacional e global – especialmente em países da América Latina, os quais vivenciam contextos similares aos identificados no nordeste brasileiro. Complementarmente, delinea-se um representativo espaço de diálogo aberto pela iniciativa em escuta e atenção direta à população.

O alicerce teórico do projeto ancora-se na interseccionalidade (CRENSHAW, 1991). O objetivo dessa proposta é o de promover práticas de descolonização dos saberes (SOUSA SANTOS, 2010), como forma de compreender os limites das múltiplas desigualdades vivenciadas por estes cidadãos – sejam elas étnico-raciais, de gênero, de classe, territoriais etc. Esta é a premissa central para a execução de uma ciência cidadã em perspectiva descolonizadora (ECSA, 2015; CARVALHO, 2018), interessada na promoção dos direitos humanos (DECLARAÇÃO, 1948).

Para tanto, faz-se necessária a adoção de parâmetros metodológicos amparados na netnografia a partir da coleta de dados extraídos. Ou seja, “o pesquisador cria em

conjunção com os membros da cultura por meio de interação pessoal e comunal, [...] bem como entrevistas por correio eletrônico, bate-papo ou mensagens instantâneas” (KOZINETS, 2014, p. 95).

No caso desta pesquisa, os dados provêm da interação mediada por plataformas e aplicativos de comunicação, como **Google Meet** e **WhatsApp**, com estudantes, professores/as e bolsistas lideranças das comunidades e dos movimentos. A viabilização do vínculo formal desses últimos participantes com a pesquisa ocorreu por meio da modalidade de bolsa de Apoio à Difusão do Conhecimento (ADC) a partir da institucionalização oficial via reformulação legal do CNPq publicada em Portaria de maio de 2021. O documento apresenta de forma explícita a finalidade da ação:

*Estimular profissionais de nível superior, detentores de conhecimentos tradicionais e estudantes dos níveis fundamental, médio ou superior de qualquer área do conhecimento a atuarem em **atividades de difusão e popularização do conhecimento científico, tecnológico ou de inovação**, tendo em vista o caráter transversal e interdisciplinar da Divulgação Científica (PORTARIA, 2021, grifos nossos).*

Os materiais etnográficos obtidos derivam do diálogo entre saberes acadêmicos com os “conhecimentos tradicionais” na forma de relatos amparados na tradição e na experiência das comunidades e dos movimentos que fazem parte do projeto. Tais registros são provenientes de sessões dialógicas, digitalmente mediadas, realizadas através de reuniões remotas em 2020

e 2021, tendo como base diversos tipos de eventos, como encontros formativos, oficinas de integração, momentos de partilha, entre outros.

Com duração média de duas horas, cada uma das propostas visa a apresentação de performances artísticas (algumas delas com teor de protesto e denúncia), informações biomédicas atualizadas em linguagem acessível, momentos reflexivos sobre a vivência no cenário de pandemia e debates sobre a atual forma de relacionamento e socialização com o aparato tecnológico/digital (BEIGUELMAN, 2020; LEMOS, 2021).

O conjunto de eventos são pensados não somente como espaços seguros de discussão e produção de conhecimento pluriepistêmico, mas também como lugares de fortalecimento do papel dos bolsistas lideranças das comunidades e dos movimentos participantes do projeto, além da efetiva realização de “atividades de difusão e popularização do conhecimento científico, tecnológico ou de inovação”, como espera o CNPq (PORTARIA, 2021).

Por parte dos autores desse artigo, conforme perspectiva de Orlando Fals Borda (MONCAYO, 2015), há um “sentipensamento” de que é possível que um projeto de pesquisa-intervenção em saúde contribua para o fortalecimento da autonomia dos corpos nas intervenções em saúde, considerando a pluralidade cultural, epistêmica e as próprias práticas espirituais.

Esse desafio, contudo, não é uma tarefa fácil e a comunicação tem contribuído imensamente para a fluidez dessa dinâmica provocativa. Afinal, é preciso comparar de forma permanente: como dimensões

ligadas à pluralidade cultural e epistêmica interagem e, eventualmente, relacionam-se com os corpos?; em relação às pesquisas vinculadas ao campo da saúde, como contestar as que colocam a intervenção científica sobre os corpos como se estes fossem uma tábula rasa?; como historicizar os processos de intervenção biomédica, contribuindo para a construção cidadã do consentimento comunitário a partir de boas práticas em saúde (MINAYO, 2009)?; é possível democratizar a produção do conhecimento científico em tempos necropolíticos (MBEMBE, 2016) sem deixar de estimular a compreensão da ciência como campo em tensão, com constantes disputas de ser-saber-poder?

O propósito do artigo não é o de responder a todos os questionamentos listados, embora se revele oportuno e emergencial tê-los no horizonte de uma produção científica a partir da interface entre comunicação, saúde e antropologia.

É preciso refletir sobre a desigualdade histórica que habita a apropriação da informação e a própria produção de soluções técnicas e de conhecimento científico menos tangível – principalmente, quando estes são confrontados com a necessidade de alimentar a *scientific literacy* dos povos na condição de veículos de acesso à cidadania ou ainda quando se debate sobre a popularização do conhecimento científico – área estratégica dos programas de ciência e tecnologia com importância evidenciada sobremaneira a partir do impacto da pandemia da COVID-19.

2. Perspectivas da comunicação digital: a busca pela proximidade

Como já apresentado, é impossível explicar a operacionalização e desenvolvimento do Projeto Boas Práticas sem mencionar a dimensão comunicativa que o atravessa. De caráter inerentemente transdisciplinar e articulado durante o período de isolamento físico em decorrência da pandemia da COVID-19, a pesquisa reúne pesquisadores, lideranças e cidadãos de diferentes departamentos, cursos, instituições de ensino e comunidades, exigindo um fluxo rápido e eficiente de envio/recebimento de mensagens e partilha de conhecimento(s).

Para suprir essa demanda com celeridade, destacam-se, a seguir, dispositivos e recursos tecnológicos e comunicacionais de fundamental funcionalidade para a implementação da pesquisa, estabelecimento de interação com os participantes e obtenção de dados. Listam-se: *WhatsApp*, *Google Meet*, *StreamYard*, a produção de conteúdo digital para canais de mídias sociais do Projeto no *Instagram*, *Facebook*, *Twitter* e *YouTube* e, por fim, a criação e o disparo de *newsletters*.

2.1. Sobre dinâmicas de interação com o auxílio do digital

Dada a sua pervasividade e os recursos disponíveis, o WhatsApp é estratégico com a possibilidade de criação de grupos e o envio de mensagens audiovisuais. O aplicativo apresenta-se como a principal ferramenta para as articulações entre os grupos de trabalho (GTs) – seja internamente, entre diferentes grupos ou em conjunto com as comunidades parceiras do projeto.

Vale salientar que, além dos já citados GTs envolvendo as comunidades e movimentos, o Boas Práticas estrutura-se por meio de mais setes GTs: **GT Acessibilidade**, **GT Tradução**, **GT Mídias** e **GT Relatórios**, os quais compõem a **Equipe de Tradução-Comunicação**; **GT Áfricas**, **GT América Latina** e **GT Europa e América do Norte**, formadores da **Equipe Técnico-Científica**.

No que contempla a dinâmica de comunicação interna, destaca-se o uso da plataforma de videoconferências **Google Meet** como recurso de aproximação ainda maior entre os participantes do projeto. A escolha do dispositivo se deu em virtude de contrato firmado entre a Superintendência de Informática da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e o **Google**, permitindo aos membros da comunidade acadêmica a disponibilização de recursos adicionais, como a possibilidade de gravação das reuniões (registro audiovisual e conversações no **chat**) e a inexistência de limite de tempo para os encontros virtuais. Através da plataforma foram realizados eventos importantes para a socialização dos sentipensamentos (MONCAYO, 2015) construídos ao longo do projeto, como os encontros formativos e algumas das oficinas, por exemplo.

Outro elemento importante na mediação entre a pesquisa e a comunidade externa foi a realização de **lives** transmitidas via **StreamYard** no canal do **YouTube** do projeto. Além de ampliar a distribuição do conteúdo produzido pelo Boas Práticas, o qual deixa de ficar restrito aos participantes com acesso ao **Google Meet**, o recurso mostra-se uma ferramenta mais acessível à comunidade surda,

permitindo fixar em tela e dar mais destaque aos/às intérpretes de Libras durante as transmissões.

Foram identificados ainda alguns benefícios adicionais: inserção de textos; exibição dos principais comentários da plateia em tempo real; **chat** privado para os palestrantes convidados/as e facilidade de disponibilização imediata do vídeo na íntegra no canal do projeto no **YouTube**.

Também buscando facilitar o fluxo das mensagens internas, houve o disparo periódico de **newsletters** para os **e-mails** cadastrados na base de dados. Desse modo, notícias relativas ao projeto, como avisos, lembretes, realizações desenvolvidas e a programação de eventos futuros são compartilhadas de modo rápido, como uma alternativa adicional à prática mais informal e corriqueira da divulgação via **WhatsApp**.

O uso e a aceitação de tais ferramentas explicitam um aspecto central do cenário comunicacional contemporâneo: seu caráter convergente. Como propõe Jenkins (2009, p. 45): “nossa vida, nossos relacionamentos, memórias, fantasias e desejos também fluem pelos canais de mídia. Ser amante, mãe ou professor ocorre em plataformas múltiplas”. Tal conduta acentua-se nos últimos anos, tornando-se mais explícita durante o isolamento social praticado em decorrência da COVID-19.

No cenário convergente, no qual as velhas mídias – como são o rádio, a televisão e o jornal – e as novas mídias digitais remodelam os papéis e as linguagens umas das outras, as formas de produção e acesso às informações sofreram (e ainda sofrem)

mudanças significativas. Este cenário convida diferentes atores sociais – universidades, anunciantes privados, instituições públicas, organizações não-governamentais etc. – a uma distribuição de conteúdo de modo transmidiático, ou seja, uma revisão acerca da maneira de impactar o cidadão (e o consumidor) a partir de múltiplas plataformas de mídia (JENKINS, 2009; OLIVEIRA, CHRISTINO, MACHADO JÚNIOR, 2021).

Marcela Costa (2013) contribui com esse debate e destaca a importância da cultura participativa, observando que “o cenário atual possibilitou uma mudança no comportamento dos receptores, que abandonam a condição de passividade e assumem um papel mais ativo na produção de conteúdo” (COSTA, 2013, p. 222). Tais hábitos de interação atraem diferentes organizações e instituições, como o próprio Projeto Boas Práticas, o qual também se faz presente nos espaços de sociabilidade digital, reconhecendo-os como um lócus convidativo para o diálogo com os usuários e oportuno para a apresentação e a divulgação dos avanços obtidos com a produção de conhecimento científico de natureza pluriépistêmica. Isso justifica, por exemplo, a imprescindibilidade do uso das mídias digitais no estudo.

Nesse sentido, a divulgação dos resultados obtidos e das ações futuras do Boas Práticas é feita também através dos canais de mídias digitais do Projeto, a saber: **Instagram, Facebook, Twitter e YouTube.**

Todos os conteúdos veiculados seguem uma linguagem semelhante e a mesma identidade visual. No que diz respeito à construção visual do Boas Práticas, Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017)

firmam-se como referências. Segundo os autores, a dimensão da fisicalidade é um atributo indispensável às estratégias de comunicação centradas no ser humano – o que se alinha ao atual cenário convergente e participativo que as mídias digitais fomentam. Vale reconhecer esta dimensão analisando o próprio logotipo do Boas Práticas, como pode ser realizado a seguir.

[Figura 1] Logotipo do projeto Boas Práticas



Fonte: GT Mídias do Projeto Boas Práticas.

Em relação à identidade visual, o projeto Boas Práticas promove a representação das sete comunidades envolvidas, tendo a vida vegetal, o protagonismo feminino e o cuidado comunitário como valores centrais em sua apresentação imagética. Com isso, explicam-se os elementos que compõem o símbolo da logo. A começar pelo uso das sete cores e do ramo com sete folhas, ambos aludindo ao número de comunidades e movimentos participantes da pesquisa, bem como à diversidade das pautas e identidades desses participantes envolvidos com o Projeto, o qual se ancora pela defesa do bem viver e da articulação entre a medicina convencional com as medicinas e saberes tradicionais. A ilustração da mulher é destacada em consonância com o protagonismo que as mulheres negras exercem nas comunidades – temática recorrente nas articulações internas de cada GT e nos encontros e oficinas promovidos pela pesquisa.

Do ponto de vista tipográfico, o logotipo reutiliza a tipografia de **Waman Poma de Ayala**, cronista indígena do século XVII, para designar o termo-chave do projeto, “Boas Práticas”, como forma de traduzir o respeito à diversidade e à heterogeneidade – conteúdos que pautam a produção epistemológica e científica da pesquisa (LAGORIO, 2007). Por sua vez, a grafia de “COVID-19” emprega a tipografia **RocknRoll One**, disponibilizada gratuitamente pelo **Google Fonts**. Com o uso de fonte moderna, sem serifa e visualmente limpa, reforça-se a tradução do espectro global da pandemia.

Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017, p. 139) indicam que “os atrativos físicos [...] podem vir de suas identidades de marca, como logotipos bem desenhados ou slogans bem bolados (...)” – nesse caso, tem-se uma representação precisa da proposta teórica dos autores. Decerto, além da fisicalidade, as representações visuais devem ser “**intelectualmente** interessantes, **socialmente** envolventes e **emocionalmente** fascinantes, ao mesmo tempo que devem demonstrar personalidade forte e moralidade sólida.” (KOTLER; KARTAJAYA; SETIAWAN, p. 143, grifos nossos).

Clotilde Perez (2016) contribui para esse debate ao investigar as marcas – seja de empresas públicas, privadas ou organizações não-governamentais (ONGs) – em sua dimensão semiótica. De acordo com a autora, as marcas são entidades ao mesmo tempo física e perceptual. **Física**, em alinhamento direto com o exposto anteriormente – ou seja, a partir dos seus atributos expressivos e audiovisuais – e **perceptual**, sobretudo quando se entende que a existência da marca

só se concretiza de modo relacional: em interface com o público e seu repertório.

Tal interface, inclusive, é um dos fatores que reforça a importância da representatividade de minorias sociais na mídia, acompanhada de uma atenção aos regimes de visibilidade praticados por agentes comunicacionais. A dinâmica relacional apresentada repousa na necessidade de identificação, por parte do público, com o conteúdo exposto e transmitido por diversos meios. A posse de um repertório pela audiência não isenta os agentes midiáticos da responsabilidade em manifestar interesse, conhecimento e capacidade de produção de novos conteúdos para as “minorias sociais” a partir de referenciais adequados e em sinergia com as suas expectativas.

Zanetti, Reis e Antolini (2021) apontam a relevância de atuais estudos em comunicação com esse enfoque. Complementa-se o olhar das autoras sobre o protagonismo do “determinismo econômico” com a necessidade de inclusão de críticas à perspectiva biomédica em relação ao tratamento dado aos corpos de “minorias sociais” – principalmente, diante da emergência do contexto pandêmico. Tais sujeitos são destituídos do devido “reconhecimento social”. Vale observar que:

Pesquisas sobre as representações midiáticas e os discursos acerca de minorias, sujeitos periféricos ou marginalizados ou, ainda, grupos identitários específicos, nas mais diversas mídias e expressões culturais, têm sido frequentes no campo da comunicação. A questão das diferenças simbólicas como fontes dos processos de subjetivação, problematizada desde meados do século XX, a partir das críticas

ao determinismo econômico como vetor predominante de identificação, passam a se materializar especialmente nas lutas feministas e dos negros, e também nos movimentos populares e culturais urbanos. [...] Os modos de produção da visibilidade midiática – e, portanto, também de invisibilidade – se constituem como problemas concretos na luta pelo **reconhecimento social**. (ZANETTI, REIS, ANTOLINI, 2021, p. 7-8, grifo nosso).

Nesse sentido, a intenção da pesquisa foi a de uma aproximação mais humana e pautada pelo “vínculo” (STENGERS, 2016) com os participantes do projeto. Ao se dialogar e trabalhar com elementos simbólicos relevantes às comunidades e movimentos, esta mesma dinâmica de cuidado foi tomada com a criação da identidade visual e as produções de conteúdos e artes para a divulgação das ações do Projeto.

Premissas como estas – ancoradas na atenção à natureza dos afetos, à intelectualidade e à dimensão social – perpassam o fazer científico da pesquisa por meio do encontro de saberes (CARVALHO, 2018), estimulando a recriação de materiais inspirados em estratégias de comunicação popular (KAPLÚN, 1985), através de pedagogias da educação (FREIRE, 1996) e da educação popular em saúde (VASCONCELOS, 2007). Além disso, explora-se ainda a adoção de veículos plurais de cultura expressos em registros como a música, o cordel, as artes visuais e as próprias formas de comunicação comunitária já existentes e manejadas em cada território.

Entretanto, apesar da diversidade de plataformas trabalhadas com o intuito de aumentar os pontos de contato entre o projeto e o público durante o período

pandêmico, também são marcantes as problemáticas que o trabalho com digital explicita.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua (PNAD, 2021), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no quarto trimestre de 2019, especificamente no que se refere ao acesso à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), há 12,6 milhões de domicílios do país em que não havia uso da internet, motivada por fatores que, conjuntamente, representam, 84,8%, a saber: falta de interesse em acessar (32,9%); serviço de acesso caro (26,2%) e desconhecimento do morador sobre a utilização da internet (25,7%).

Pesquisa desenvolvida pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), por meio do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) (TIC, 2020) desenvolve o estudo independente **TIC Domicílios 2020**, trazendo informações relevantes para pensar os atravessamentos entre as desigualdades socioeconômicas e o acesso aos ambientes digitais. Vale observar:

As desigualdades sociais também se manifestam no ambiente digital, com potencial de restringir oportunidades e até mesmo as condições de cumprimento de medidas de combate à pandemia. Mulheres negras acessaram a Internet exclusivamente pelo telefone celular (67%) em maiores proporções que homens brancos (42%). Por outro lado, elas realizaram transações financeiras (37%), serviços públicos

(31%) e cursos (18%) pela Internet em proporções bastante inferiores às de homens brancos (51%, 49% e 30%, respectivamente). Isso evidencia as múltiplas camadas da desigualdade e seus efeitos combinados sobre aproveitamento das oportunidades digitais por diferentes parcelas da população. (TIC, 2020, p. 25).

Pensando a realidade dos integrantes do Projeto, há o relato feito por uma das bolsistas em um dos encontros formativos promovidos pelo Boas Práticas: a dificuldade redobrada enfrentada pelo seu GT (Pop Rua) para alcançar a população de rua durante o isolamento físico, tanto pelo espalhamento do grupo no espaço urbano, como também pelas dificuldades enfrentadas pela pandemia. Desse modo, foi apenas a partir do momento em que os encontros presenciais foram viabilizados que os participantes sentiram poder alcançar ainda mais pessoas.

O acesso à conexão de internet de alta qualidade também foi empecilho em alguns momentos das videoconferências, comprometendo ligeiramente a fluidez dos vídeos das intérpretes de Libras. Buscando amenizar tais falhas na comunicação, foi fundamental o disparo das já mencionadas **newsletters** do Projeto do modo mais detalhado e ilustrado possível, trazendo um resumo e reforço acerca das principais informações debatidas nos encontros e oficinas anteriores que pudesse servir de apoio para os membros que porventura tivessem tido dificuldades no acesso.

3. Aprendizagens e ações de fortalecimento

A iniciativa de popularizar tecnologias sócio-sanitárias de enfrentamento à COVID-19, por exemplo, obriga a pautar criticamente a produção e os benefícios do conhecimento científico, especialmente, no campo da saúde. A ciência tem sido colocada internacionalmente como parte da produção cultural dos povos e, conseqüentemente, como um direito humano inalienável – o assim chamado “direito à ciência” foi evidenciado no item 27.1 da Declaração Universal de Direitos Humanos, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948 (DECLARAÇÃO, 1948).

Desde então, o caminhar da ciência na direção da sua integração com os povos tem sido devagar. As associações que promovem a ciência cidadã (ECSA, 2015) têm estimulado a integração de pessoas “leigas” aos projetos científicos, assumindo que fomentar a sua participação em todos os estágios da pesquisa é uma maneira de democratizar os métodos de pesquisa e o próprio conhecimento científico através de novos canais de discussão, encarnados nos corpos e nas experiências das pessoas participantes.

Nos encontros virtuais promovidos pelo Boas Práticas, o diálogo com lideranças das comunidades e dos movimentos permite a demonstração dessas impressões em comentários no **chat** do **Google Meet**. Maria (nome fictício), liderança indígena da Serra das Matas (Ceará), ao receber orientações sobre os mecanismos biológicos e imunológicos da vacinação – indicar o encontro,

comenta: “é por isso que gosto demais dos cientistas”; em seguida, imprime a abertura de espaços de resistência no campo dos saberes-poderes em construção e em tensão ao sustentar: “aqui também vivemos das plantas”. Vitor (nome fictício), liderança do Movimento Nacional de Pessoas em Situação de Rua (RN), reforça no **chat**: “O corpo humano é sensacional! É uma fábrica de produzir proteções”.

Acessar estas percepções ilumina novas perspectivas sobre a acessibilidade ao campo científico. O direito à ciência é muitas vezes considerado como um mero acesso aos bens materiais produzidos pela ciência – por exemplo, o acesso às vacinas. Porém, o direito à ciência deve ser considerado a partir da integralidade da produção do conhecimento nas sociedades, o que inclui não somente a ciência ocidental, assentada nas universidades e laboratórios de pesquisa, como também em terreiros, comunidades tradicionais e movimentos sociais, os quais ostentam os saberes da tradição e da experiência. O diálogo entre esses espaços do saber-poder não é igualitário: é um campo de tensões e desconfortos. É nesse cenário que a comunicação digital precisa operar e demonstrar suas potencialidades de modo a alimentar, fortalecer e aglutinar os agentes envolvidos nessa luta processual e permanente.

4. Considerações finais

No presente trabalho, são relatadas tarefas de pesquisa colaborativa com comunidades e movimentos sociais

durante a pandemia e ações comunicacionais desenvolvidas para a realização do estudo.

A partir do reconhecimento de diversas tensões sociais, emergem questionamentos de distintas naturezas, a saber: discussões éticas ligadas ao campo da saúde – por exemplo, informações sobre a vacina e sua sistemática de aplicação, bem como sobre os contornos da pandemia para a área científica; questões estratégicas voltadas ao fortalecimento coletivo, como a obtida através da absorção de bolsistas lideranças do projeto com a institucionalização do CNPq (PORTARIA, 2021); busca pelo acesso e promoção aos direitos humanos em perspectiva transcultural e popular; atenção à fluidez da dinâmica de comunicação do projeto, o que contempla a preocupação com a acessibilidade, disponibilização de informativos e transparência sobre a pesquisa de modo geral, assim como a produção de conteúdo de divulgação alinhados à natureza interdisciplinar do estudo.

Incontestavelmente, o Boas Práticas navega em águas revoltas e fomenta uma produção científica que avance no estímulo à reflexão sobre o impacto da virtualidade na produção de conhecimento, nos ativismos e na vida comunitária, além de ponderar os desafios éticos do trabalho integrador e democratizador de uma ciência cidadã entre sujeitos plurais.

Para tanto, faz-se necessário acionar as premissas da realização de uma comunicação pública (COSTA, 2006) prevalentemente digital, em prol da valorização e do reconhecimento dos saberes

pluriepistêmicos, dedicando-se, assim, à democratização da produção do conhecimento científico a partir de uma perspectiva autêntica, popular, colaborativa e emancipadora.■

[**BRENO DA SILVA CARVALHO**]

Publicitário e antropólogo. Professor do Departamento de Comunicação Social (DECOM/UFRN). Coordenador adjunto do Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19/CNPq. Integra o grupo de pesquisa Observatório de Tendências em Publicidade (OBTEP). E-mail: brenosc@uol.com.br

[**ANA GRETEL ECHAZÚ BÖSCHEMEIER**]

Feminista, mãe, pesquisadora, tradutora. Professora na UFRN no Departamento de Antropologia (DAN) e na Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFRN). Coordena o Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19/CNPq. E-mail: gretigre@gmail.com

[**RAQUEL ASSUNÇÃO OLIVEIRA**]

Publicitária e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM/UFRN). Bolsista no Projeto de Pesquisa Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19/CNPq. Integra o Observatório de Tendências em Publicidade (OBTEP). E-mail: assuncaoraqueloliveira@gmail.com

Referências:

BEIGUELMAN, Giselle. **Coronavida: pandemia, cidade e cultura urbana**. São Paulo: ECidade, 2020. 46 p.

CARVALHO, José Jorge de. **Encontro de saberes: por uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras**. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOGEL, Ramón. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 79-106.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Pandemia y derechos humanos en las Américas. Organización de Estados Americanos (OEA)**, Resolución, n. 1, 10 abr. 2020. Disponível em: <https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/Resolucion-1-20-es.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2021.

COSTA, João Roberto Vieira. **Comunicação de interesse público: ideias que movem pessoas e fazem um mundo melhor**. Rio de Janeiro: Jaboticaba, 2006. 160 p.

COSTA, Marcela. **Narrativas transmidiáticas como estratégias publicitárias**. Cadernos de Comunicação, v. 17, n. 18, jan./jun. 2013. p. 211-240. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/10897> Acesso em: 13 out. 2021.

CRENSHAW Kimberle. **Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color**. Stanford Law Review, v. 43, n. 6, 1991, p. 1241-1299. doi: <https://doi.org/10.2307/1229039>. Acesso em: 13 mar. 2021.

DECLARAÇÃO Universal de Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948. (1948) Assembleia Geral das Nações Unidas, 10 dez. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> Acesso em: 05 mai. 2021.

ECSCA – European Citizen Science Association. (2015). **Ten principles of citizen science**. Berlim. <http://doi.org/10.17605/OSF.IO/XPR2N>

MONCAYO, Víctor Manuel. (Org.) **Orlando Fals Borda, una sociología sentipensante para América Latina**. México: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.

FEUERWERKER, Laura C. M. Educação na saúde: educação dos profissionais de saúde – um campo de saber e de práticas sociais em construção. **Revista Brasileira de Educação Médica**, [online], v. 31, n.1, 2007. p.3-4.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 166 p.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

KAPLÚN, Mario. **El comunicador popular**. Quito: CIESPAL, 1985. 71 p.

KNOX, Winifred, MOURA, Joana Tereza V. **Saberes dialógicos**: intervenções universitárias na Vila de Ponta Negra. Natal: EDUFRN, 2020. 195 p.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 4.0**: do tradicional ao digital. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

KOZINETS, Robert. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014. 199 p.

LAGORIO, Consuelo. **Textualidade, imagem e mestiçagem na crônica de Guamán Poma**. Gragoatá, Niterói, n. 22, p. 235-252, 1. sem. 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33204>. Acesso em: 20 out. 2021.

LE MOS, André. **A tecnologia é um vírus**: pandemia e cultura digital. Porto Alegre: Sulina, 2021. 150 p.

MAIGRET, Éric. **Sociologia da comunicação e das mídias**. São Paulo: Senac São Paulo, 2010. 466 p.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Arte & Ensaios – **Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais** – EBA/UFRJ, Rio de Janeiro, n. 32, dez. 2016. p. 123-151.

MINAYO, M. C. S. Contribuições da antropologia para pensar a saúde. In: CAMPOS, Gastão W. S. et al (org.). **Tratado de saúde coletiva**. São Paulo: Hucitec, 2009. p. 189-218.

OLIVEIRA, Rodrigo C.; CHRISTINO, Daniel; MACHADO JÚNIOR, Eliseu V. (orgs.). **Covid-19 e a comunicação**. Goiânia: Cegraf UFG, 2021.

ORTIZ OCAÑA, Alexander; ARIAS LOPEZ, María I. **Hacer decolonial**: desobedecer a la metodología de investigación. Hallazgos, v. 16, n. 31, 2019. p. 147-166.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (orgs.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010, p. 17-31.

PEREZ, Clotilde. **Signos da marca**: expressividade e sensorialidade. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

PNAD Contínua TIC. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Tecnologia da Informação e Comunicação. **Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf. Acesso em: 12 jan. 2022.

PORTARIA CNPq no 500, de 07 de maio de 2021. (2021). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 07 mai. 2021. Disponível em: <https://portal.in.gov.br/web/dou/-/portaria-cnpq-n-500-de-7-de-maio-de-2021-319014266> Acesso em: 13 jun. 2021.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SOUSA SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (eds.). In: **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

STENGERS, Isabelle. Uma ciência triste é aquela em que não se dança. Conversações com Isabelle Stengers. **Revista de Antropologia**, v. 59, n. 2, 2016. p. 155-186. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/121937>. Acesso em: 15 dez. 2021.

TIC Domicílios 2020. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros**: edição COVID-19 – metodologia adaptada. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. Disponível em: https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124201233/tic_domicilios_2020_livro_eletronico.pdf. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021. Acesso em: 22 jan. 2022.

VASCONCELOS, Eymard M. Educação popular: instrumento de gestão participativa dos serviços de saúde. **Caderno de Educação Popular e Saúde**. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Ministério da Saúde: Brasília-DF, 2007. p. 18-29.

ZANETTI, Daniela; REIS, Ruth; ANTOLINI, Marialina (Org). **Minorias midiáticas**: gêneros, etnias e territórios. Pelotas: Ed. UFPel, 2021.